

## **O INSTRUTOR / INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL: DESAFIOS LINGUÍSTICOS NO PROCESSO TRADUTÓRIO**

THE INSTRUCTOR / INTERPRETER OF POUNDS IN THE EDUCATIONAL CONTEXT: LANGUAGE  
CHALLENGES IN THE TRANSLATION PROCESS

*Maria Durciane Oliveira Brito<sup>1</sup>, Kátia Maria de Aguiar Freire<sup>2</sup>, Afrânio Jorge Campos  
Barbosa<sup>3</sup>, Maria Aurioneida Carvalho Fernandes<sup>4</sup>*

**RESUMO:** Esse artigo expõe os desafios linguísticos que o instrutor/ intérprete de LIBRAS tem no contexto escolar, uma vez que não se tem um material específico para cada disciplina, dificultando assim o processo de tradução e interpretação entre as duas línguas para que haja comunicação eficaz. Para isso, o objetivo geral analisar as dificuldades encontradas pelos instrutores/intérprete de LIBRAS no ambiente escolar no processo de tradução/interpretação. A metodologia aplicada munuiu-se de uma pesquisa bibliográfica, pautado em teóricos como: Lacerda (2002); Gesser (2012); Quadros (2004); Strobel (2000); entre outros que deram credibilidade a esse estudo, como também, uma pesquisa de campo em 01 escola da cidade de Parnaíba- PI, onde aplicou-se uma entrevista a 2 intérpretes de LIBRAS. Ficou constatado que existem inúmeros desafios para que seja efetivado o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, entre eles o mais agravante é o déficit de material específico e a falta de interação entre professor da sala regular e o profissional intérprete de LIBRAS, com isso esse profissional precisa criar gestos e estratégias de ensino para que o aluno compreenda o que está sendo abordado em sala de aula.

**Palavras-chave:** Intérprete; Instrutor; Surdo.

**ABSTRACT:** This article exposes the linguistic challenges that the instructor / interpreter of LIBRAS has in the school context, since one does not have a specific material for each discipline, thus hindering the process of translation and interpretation between the two languages for effective communication. For this, the general objective is to analyze the difficulties encountered by instructors / interpreters of LIBRAS in the school environment in the process of translation / interpretation. The applied methodology provided a bibliographical research, based on theorists such as: Lacerda (2002); Gesser (2012); Quadros (2004); Strobel (2000); among others that gave credibility to this study, as well as a field research in 01 school in the city of Parnaíba-PI, where an interview was applied to 2 interpreters of LIBRAS. It was verified that there are numerous challenges for the teaching and learning process of the deaf student to be effective, among them the most serious is the lack of

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UTIC- PY, Pedagoga pela UFPI- PI, Especialista em Língua Brasileira de Sinais INTA- PI; Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela UFPI - PI; Especialista em Educação Infantil pela ISEPRO- PI; Pós graduanda em Psicopedagogia pelo DEXTER - PI; Graduada em Letras Libras pela UNIASSELVI - PI. [durciane@ifpi.edu.br](mailto:durciane@ifpi.edu.br)

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela UTIC- PY ; Graduada em pedagogia com habilitação em Biologia pela UVA-CE, especialista em Psicopedagogia clínica e Institucional/ Gestão e Supervisão Escolar pelo INTA- CE. [katiamefreire@gmail.com](mailto:katiamefreire@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela UTIC- PY; Engenheiro Civil pelo UFAL; Especialista Engenharia de Estruturas pelo UFAL; Professor de Ensino Básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Alagoas - IFAL. [aframineiro@hotmail.com](mailto:aframineiro@hotmail.com)

<sup>4</sup> Pedagoga pela UFPI - PI; Especialista em Ensino e Aprendizagem pela UESPI- PI; Especialista em Fundamentos da Educação Especial pela UFMS, Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela FACET; Professora de Educação Inclusiva e Libras na Pedagogia . [aurioneida@yahoo.com.br](mailto:aurioneida@yahoo.com.br)

specific material and the lack of interaction between teacher of the regular classroom and the professional interpreter of LIBRAS, with this this professional needs to create gestures and teaching strategies so that the student understands what is being addressed in the classroom.

**Keywords:** Interpreter; Instructor; Deaf.

## 1. INTRODUÇÃO

A Declaração de Salamanca (1994) aborda que o movimento de inclusão tem como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início do processo educacional até concluir o ensino médio, tendo como objetivo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno, trabalhando de forma inclusiva, abordando que o compromisso é que a escola deve assumir o processo educacional de cada criança, sem discriminação.

É esta proposta de educação para todos que insere o intérprete de língua de sinais na sala de aula, pretendendo, assim, garantir ao surdo a aquisição dos conteúdos escolares na sua própria língua. Nessa direção o intérprete de língua de sinais tem um papel central no processo de ensino - aprendizagem do aluno surdo.

Visto que, a inclusão do aluno surdo em escola regular vem sendo uma luta diária pelos movimentos e Comunidades Surdas, que hoje estão legitimamente assegurados por leis e decretos como, por exemplo, a Lei nº 10.436 DE 24 de abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como língua do surdo e a segunda língua oficial do Brasil, e o Decreto nº 5.626/2005 que assegura o ensino de LIBRAS nas escolas, percebe-se que o aprendizado não se efetiva como deveria ser, em relação aos alunos ouvintes.

Existe em algumas escolas o profissional intérprete ou instrutor em sala de aula, porém ainda tem uma barreira na comunicação que dificulta o repasse dos conteúdos ministrados pelo professor ao aluno surdo e este, por sua vez não se faz compreender, muitas das vezes pela falta de materiais em LIBRAS de cada disciplina os intérpretes educacionais começam a utilizar gestos e mímicas para que o aluno compreenda o conteúdo exposto pelo docente. A Falta do plano diário de cada disciplina, no qual o intérprete precisaria receber estes planos com antecedência para que o mesmo tenha a possibilidade procurar recursos e pesquisar os sinais do conteúdo que será abordado pelo docente.

O intérprete educacional muitas vezes precisava exercer simultaneamente o papel de instrutor e de intérprete em sala de aula, para que o discente com surdez compreenda o que está sendo exposto em sala de aula pelo docente; ocorrendo por conta do processo de inclusão tardio ou também pela falta de inclusão do intérprete nas series iniciais.

Um dos motivos de dificuldade no processo tradutório é também pela falta de preparo e formação específica atualmente presentes em alguns profissionais, porque além de prejudicar a formação do aluno surdo, dificulta a escolha e acarreta no descrédito da profissão: prejudicando os profissionais que tem investido na qualificação nesta área (MARTINS, 2006).

Diante do exposto, surgem indagações que se fazem pertinentes esclarecer. São elas: Qual o real papel do instrutor e do intérprete de LIBRAS? Qual tipo de formação necessária para se trabalhar como intérprete educacional? Quais os métodos adequados para se trabalhar com um aluno surdo no processo de interpretação no âmbito educacional? Qual a participação e interação dos docentes nesse processo de interpretação? O que deve ser feito para compensar a inclusão tardia do surdo na escola ou a inclusão tardia do intérprete na vida do surdo? Quais seriam os benefícios para a comunidade surda com a presença do intérprete em sala de aula? As dificuldades dos intérpretes de LIBRAS em sala de aula?

Para responder esses questionamentos, traçou-se como objetivo geral analisar as dificuldades encontradas pelos instrutores/intérprete de LIBRAS no ambiente escolar no processo de tradução/interpretação; E como objetivos específicos: Averiguar o processo de interpretação no ambiente escolar; Conhecer as principais dificuldades encontradas pelos instrutores no ambiente escolar; Identificar as maneiras utilizadas pelos instrutores/intérpretes no processo de ensino e aprendizagem do aluno com surdez.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. Percurso Histórico da Educação de Surdos**

Desde o início da humanidade os surdos passaram por grandes momentos de exclusão na sociedade, eram tidos como débeis mentais, loucos, incapazes de raciocinar e por conta disso não tinham direito a educação básica; o filósofo Heródito (480 A.C.) classificava os surdos como seres castigados pelos Deuses.

Um filósofo grego e bem renomado da época Aristóteles acreditava que a audição era o sentido mais importante para o sucesso da vida social do surdo. Mediante isso, a criança que nascia surda não era aceita pela família e muito menos pela sociedade, eram privados de receberem herança, de serem inclusos em testamentos e até mesmo proibidos de casarem.

Strobel (2009, p. 16-28) mostra que na “Grécia, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isto eram condenados à morte” [...]. Os surdos eram encarados e considerados seres incompetentes, eles não recebiam educação secular (Educação Básica) e frequentemente eram levados à morte.

No século XIV os surdos não tinham a oportunidade de decidir nada em sua vida, todas as decisões eram feitas por meio de tutores ou da própria família do surdo, “nesta época existiam leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar e enfim, de todos os direitos como cidadãos”, conforme afirma Strobel (2009, p.19). Estes direitos eram negados a todas as pessoas com deficiência, pessoas que não tinha condições financeiras, com isso os surdos eram excluídos da sociedade, apenas os surdos de famílias nobres tinham uma maior atenção, mesmo assim viviam escondidos da sociedade em geral.

Nesta mesma época surge a primeira possibilidade de educar os surdos por meio da língua de sinais e do método oral, foi através do Bartolo Della Marca D’Ancona, onde defendia que “Seria esse o impulso inicial para que o surdo pudesse ser notado como pessoa capaz de fazer discernimentos, ou seja, tomar suas próprias decisões” (GUARINELLO, 2007, p.20).

Em 530 D.C. surge os Monges beneditinos Pedro Poncio de Leon, frade utilizava a comunicação através de sinais, para manter o voto do silêncio. Ele pregava que a comunicação dos surdos poderia ser oralizada através da gestualização. Seus ensinamentos é o marco na educação de surdos.

Girolano Cardano reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que “[...] a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita [...], e que era um crime não instruir o surdo-mudo” (Nascimento, 2006, p.185), Girolano utilizava-se da língua de sinais e da escrita com os surdos da época.

No século XVI, na Espanha, o monge Beneditino Pedro Ponce de Leon, criou a primeira escola para surdos em um Monastério de Valladolid, onde desenvolveu uma metodologia de educação para crianças surdas onde abordava a datilologia, escrita e oralização, fundou também uma escola de professores de surdos.

Alguns professores ao redor do mundo se dedicaram a educação de surdos. Na Espanha foi Ivan Pablo Bonet; na França; na Alemanha, Samuel Heinicke “Pai do método

alemão”; no Canadá e nos EUA Alexandre Gram Bell e na Bélgica, Ovide Decroly. Esses educadores tiveram uma grande contribuição na história da educação dos surdos no mundo.

Abade Charles Michel de L’Epée “pai dos surdos”, instruía os surdos em sua própria casa, utilizando-se de combinações de língua de sinais e gramática francesa sinalizada, conhecida como “sinais metódicos”, L’Epée procurava sempre trabalhar associando sinais a figuras e palavras escritas, ensinou os surdos a ler, proporcionando-lhes acesso ao conhecimento e à cultura do mundo. Este método era a união da língua de sinais com a gramática francesa, os alunos surdos tinham a oportunidade de escrever o que lhes era dito, através de um intérprete que se comunicava por sinais.

Em 1864 é fundada a primeira universidade nacional para surdos “Universidade Gallaudet” em Washington – Estados Unidos, onde era responsável para formar futuros professores de surdos, todos os programas são desenvolvidos para a comunidade surda.

Entre os anos de 1870 e 1890, Strobel (2009) explana que Alexander Graham Bell publicou vários artigos criticando casamentos entre pessoas surdas, a cultura surda e as escolas residenciais para surdos, alegando que são fatores do isolamento dos surdos com a sociedade. Defendia que o oralismo propiciava o desenvolvimento intelectual dos surdos.

Em 1855 Eduard Huet é apresentado a Dom Pedro II, onde se inicia a caminhada da educação de surdos no Brasil, fundou a primeira escola para surdos no Brasil tendo como objetivo ensinar a ler, escrever e contar. Strobel (2009) relata que o “Imperial Instituto dos surdos-mudos”, hoje: “Instituto Nacional de Educação de surdos” (INES) foi criado pela Lei nº 939, no dia 26 de setembro de 1857, data em que comemoramos o “dia nacional dos surdos” no Brasil. Campello e Quadros (2010) aborda que os anos de 1855 a 1800 foram os “anos de ouro” para a comunidade surda do Brasil, visto que em 1880 tem o maior evento sobre a educação de surdos, é decidido que os surdos deveriam ser ensinados pelo método oral-puro.

Assim Windell (1992), Perlin e Strobel(2006) explicam:

[...] ficou decidido no Congresso Internacional de Professores Surdos, em Milão, que o método oral deveria receber o status de ser o único método de treinamento adequado para pessoas surdas. Ao mesmo tempo, o método de sinais foi rejeitado porque alegava que ele destruía a capacidade de fala das crianças. O argumento para isso era que “todos sabem que as crianças são preguiçosas”, e por isso, sempre que possível, eles mudariam da difícil oral para a língua de sinais (WINDELL, 1992, p. 26.).

“[...] a fala é o privilégio do homem, o único e correto veículo do pensamento, a dádiva divina, da qual foi dito verdadeiramente: a fala é a expressão da alma, como alma é a expressão do pensamento divino” (apud VELOSO; FILHO, 2009, p. 39).

Neste congresso foi abolido todo o tipo de comunicação pelos sinais, oficialmente, um dos argumentos principais era que os surdos eram preguiçosos para falar, utilizando-se dos sinais como forma de comunicação, por isso foi proibido no mundo todo. Uma das consequências do congresso de Milão foi a demissão dos professores surdos, eliminando todos os educadores que se utilizava da língua de sinais. Strobel (2009) afirma que no início do século XX, surgem os primeiros relatos dos insucessos do oralismo puro.

Esta decisão tomada no congresso de Milão é apenas uma pequena fração da história, mas deixou cicatrizes na vida de milhares surdos no mundo, pois a vergonha, lamúria e o ódio tomaram conta dessas pessoas. No entanto, de acordo com Gesser (2012, p.87): “Sem a língua de sinais, o surdo teria sérias implicações linguísticas, psicológicas, sociais, podendo comprometer uma série de habilidades cognitivas em seu desenvolvimento”.

Em 1970 surge aqui a Comunicação Total, trazida pela professora Ivete Vasconcelos, onde abordava o método oral, junto com a língua de sinais, só que não teve muito sucesso, os surdos continuaram sem ter um ensino de qualidade, visto que a língua deles é algo visual.

Com o passar do tempo surgem as políticas públicas tais como a Constituição de 88, a LDB – Lei nº 9394/96, o Plano Nacional de Educação e a Declaração de Salamanca, que vem melhorar o ensino e a inclusão dos surdos. Já a LIBRAS é reconhecida sob a Lei nº 10.436, que a trata como a segunda língua do Brasil.

No que se refere aos métodos existentes, o Bilinguismo é o mais eficiente na inclusão. Segundo Goldefld (2002 pág. 42): “O Bilinguismo tem por pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua dos surdos e, como segunda língua oficial, a de seu país”.

Assim, as duas línguas devem estar disponíveis, simultaneamente, ao aluno surdo dentro do ambiente escolar, com ajuda do intérprete educacional, do instrutor de LIBRAS e do professor apto para receber esse discente com surdez.

## **2.2. Papel do Intérprete/Instrutor Educacional**

O intérprete de LIBRAS e de Língua Portuguesa segundo Dámazio (2005) “é a pessoa que, sendo fluente em Língua Brasileira de Sinais e em Língua Portuguesa, tem a capacidade de verter em tempo real (interpretação simultânea) ou, com um pequeno espaço de tempo (interpretação consecutiva), de LIBRAS para o português ou desde para a LIBRAS”.

Essa nomenclatura, no entanto, não é utilizada em determinados países. Segundo Lacerda (2008) vários Países utilizam o termo “intérprete educacional” para diferenciar o profissional que traduz e interpreta a língua de sinais nas salas de aula dos intérpretes em geral.

No contexto da formação ILS, coloca-se pela política educacional vigente em várias partes do mundo a questão do intérprete educacional (IE), sua formação e de seus modos de atuação. O termo “intérprete educacional” é usado em muitos países (EUA, Canadá, Austrália entre outros) para diferenciar o profissional intérprete (em geral) daquele que atua na educação, em sala de aula. Em certos países ainda há a preocupação em diferenciar, de forma mais saliente a atuação do ILS daquela dos profissionais que atuam no espaço educacional (na Itália, por exemplo, o profissional que atua no espaço escolar não é chamado de intérprete, mas de assistente de comunicação) principalmente porque se trata de um profissional que deverá versar conteúdo da língua majoritária para a língua de sinais do país e vice-versa, mas que também se envolverá de alguma maneira com as práticas educacionais, constituindo aspectos singulares a sua forma de atuação. Não se trata de ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula, envolvendo tarefas educativas certamente o levará a práticas diferenciadas, já que o objetivo neste espaço não é o apenas o de traduzir, mas também o de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo. (LACERDA, 2008, p. 17)

O intérprete educacional é o intermediário da aprendizagem ao interpretar a fala do professor e traduzir os conteúdos apresentados nos livros e nas aulas para a língua de sinais usada pelos alunos surdos. Lacerda (2006) enfatiza que:

[...] O objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno. (LACERDA, 2006, p. 174)

O intérprete ou instrutor não tem o papel de ocupar o espaço do professor em sala de aula, mas sim de mediar e transmitir os conhecimentos estabelecidos pelos mesmos para o

aluno surdo. Ele não deixa, no entanto de ser também um educador, embora não exercendo a função de professor titular.

Assim Lacerda afirma:

Não se trata de ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula, envolvendo tarefas educativas certamente o levará a práticas diferenciadas, já que objetivo nesse espaço não é apenas o de traduzir, mas também o de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo. (LACERDA, 2014, p. 33)

Assim, muitas vezes o papel do intérprete educacional acaba sendo confundido com a função do professor ou do instrutor de LIBRAS, não só para os alunos surdos como também para os ouvintes. Os alunos dirigem questões, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados em sala com o intérprete e não com o docente.

A tarefa do professor e do intérprete, entretanto, é bastante diferente entre si, embora ambas as profissões trabalhem diretamente com as pessoas surdas em sala de aula. Os intérpretes não têm treinamentos pedagógicos para o ensino de surdo. A função dele é interpretar de uma língua, no caso o português, para a língua de sinais. Isso de uma forma que faça com que o surdo compreenda o significado do que ele está transmitindo.

Não cabe ao tradutor/intérprete a tutoria dos alunos com surdez e também é de fundamental importância que o professor e os alunos desenvolvam entre si interações sociais e habilidades comunicativas, de forma direta evitando-se sempre que o aluno com surdez, dependa totalmente do intérprete. (DAMÁZIO, 2007, p. 33)

O intérprete educacional precisa ter conhecimento do que vai ser abordado em sala antes de começar a interpretação, uma vez que terá condições de planejar seu trabalho, oferecendo aos surdos alternativas úteis à construção de ideias relacionadas aquilo que é tratado pelo professor.

O intérprete precisa negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno (LACERDA, 2002, p.123)

O responsável pela transmissão do conhecimento é sempre o professor, por ser ele o conhecedor do assunto e o responsável pelos conteúdos a serem repassados para os alunos em sala. Por isso, é importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete (Lacerda, 2014).



Quando o aluno surdo não compreende algum conteúdo específico na aula, o professor deve estar pronto para orientá-lo. Por isso a importância deste em ter um conhecimento da língua de sinais para suprir alguma necessidade do surdo durante o processo de ensino/aprendizado.

O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula, ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído. (QUADROS, 2004, p. 60)

O intérprete educacional é apenas o intermediador entre o professor ouvinte e o aluno surdo, ele não tem o papel de assumir a sala e nem os conteúdos abordados dentro dela, pois a responsabilidade pedagógica é do educador que está à frente da turma.

Segundo Lacerda (2014):

O intérprete educacional tem uma tarefa importante no espaço escolar, seu papel e modos de atuação merecem ser mais bem compreendidos e refletidos. A inclusão do intérprete não soluciona todos os problemas educacionais dos surdos, sendo necessário pensar a educação inclusiva, em qualquer grau de ensino, de maneira ampla e consequente. (LACERDA, 2014, p.35)

Muitos profissionais ainda não conhecem o papel do intérprete educacional em sala de aula, confundindo-o muitas vezes com o professor regente, ou, outras vezes, utilizando o “faz de conta” para que o intérprete venha a dar aula no lugar do docente. O aluno surdo deve estar ciente também do papel do intérprete em sala de aula, tendo ele apenas como um mediador de conteúdo.

O intérprete é um mediador, facilitador da compreensão para o aluno surdo. Dessa forma, o estudante com surdez participa e apropria-se dos conteúdos abordados em sala de aula, pois há, assim, uma inclusão deste com os demais alunos existentes no contexto escolar. O profissional, entretanto, deve ter um conhecimento geral dos conteúdos, pois caso não o tenha ocorre uma grande dificuldade na transmissão dos conteúdos, porque só se ensina aquilo que sabe e que domina.

Em muitos casos ocorre uma inclusão forjada, pois muitas das vezes os intérpretes incluídos no contexto escolar ainda não estão capacitados para atuar na área, sua formação

ainda deixa muito a desejar. De acordo com Gesser: “O intérprete bem preparado resolve questões imediatas da interpretação, mas se sente solitário e desesperado quando é convocado a assumir papéis pedagógicos”. (GESSER, 2012 p. 91)

Muitas das vezes ocorrem esses tipos de desconforto por parte dos intérpretes, sentindo-se como incapaz e não sendo o meio inclusivo para o aluno surdo, ocorrendo uma dificuldade na hora da interpretação, pois se necessita ter um conhecimento amplo dos conteúdos repassados pelo docente da sala e o aluno fica entre esse meio onde se precisa estar incluindo para poder participar e compreender os conteúdos existentes para o seu processo de ensino e aprendizado.

Embora algumas vezes sinta esse desconforto o intérprete educacional ele se torna o meio mais próximo de inclusão dentro do ambiente escolar, pois ele é o que vai mediar a comunicação do aluno com surdez com as demais pessoas existentes no meio educacional como diz Damázio (2007, p.50):

A atuação do intérprete escolar, na ótica da inclusão, envolve ações que vão além da interpretação de conteúdos em sala de aula. Ele medeia a comunicação entre professores e alunos, alunos e alunos, pais, funcionários e demais pessoas da comunidade em todo o âmbito da escola e também em seminários, palestras, fóruns, debates, reuniões e demais eventos de caráter educacional.

Ele se torna o facilitador ou ajudador do sujeito com surdez, assim como também pode exercer papel contrário ao seu propósito, caso não seja um profissional capacitado e com formação necessária para atuar na inclusão, podendo tornar-se o ápice do fracasso do processo de inclusão de um aluno surdo dentro do contexto de ensino escolar.

O primeiro contato que o surdo deveria ter no ambiente escolar seria com o instrutor de LIBRAS, no qual o discente iria conseguir fazer as associações adequadas, imagens, sinais e palavras; quando terminasse e que tivesse um conhecimento necessário é que o discente surdo iria ao acompanhamento do intérprete educacional.

### **2.3. Aspectos Legais da Profissão Intérprete/Instrutor de Libras**

Antes mesmo do respaldo legal, o intérprete já era uma figura presente na comunidade surda estabelecendo a comunicação entre a língua portuguesa e a LIBRAS, seu envolvimento com a comunidade surda era por meio da prática do trabalho voluntário, sempre auxiliando o

surdo em seu dia a dia, quando necessária a interlocução, tendo um desenvolvimento da língua através do convívio no dia a dia com a comunidade surda.

A prática da interpretação inicialmente esteve vinculada a atividades religiosas na década de 80, ainda nos anos oitenta realizou-se o primeiro encontro nacional de intérpretes com o apoio da Federação nacional educação e integração do surdo – FENEIS, em seguida teve outros eventos sobre o papel do intérprete com a comunidade surda, começou nesta mesma época a criação das associações dos intérpretes de LIBRAS no Brasil.

Entre os instrumentos legais para garantir a inclusão social temos a Lei da acessibilidade nº 10.098/2000, artigo 2º, inciso IX tem o direito de ter acesso às informações por meio da Língua Brasileira de Sinais.

A inclusão do aluno surdo em escola regular vem sendo uma ação cotidiana pela comunidade surda no Brasil, depois de um grande tempo a comunidade surda vem ganhando seu espaço hoje estão legitimamente assegurados por leis e decretos como, por exemplo, a Lei nº 10.436 que reconhece a LIBRAS como língua materna da comunidade surda e a segunda língua oficial do Brasil, como forma de comunicação e expressão, tendo como sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos e o Decreto nº 5.626/2005 que assegura o ensino da LIBRAS nas escolas, no artigo 3º aborda que a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia.

No Brasil a Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010) regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de LIBRAS, estando habilitado a realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS e da Língua Portuguesa.

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando sempre pelos valores éticos, respeitando sempre a cultura do surdo, exercendo sempre a honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação que é repassada, praticando a imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber a traduzir, obedecendo sempre o código de ética do intérprete, este é de fundamental importância, pois é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação com a comunidade surda.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo fez uso de pesquisa bibliográfica, onde focou-se em renomados autores da área de LIBRAS e sobre os intérpretes/instrutores como por exemplo Ronice Quadros, Márcia Goldefeld, Audrei Gesser, Cristina Lacerda, entre outros; utilizou-se também das Leis disponibilizadas no Google Acadêmico e SciELO através de pesquisas em revistas acadêmicas, teses, artigos científicos.

Esta pesquisa se pauta numa abordagem qualitativa, pois buscou em seus instrumentos a compreensão da figura do intérprete de LIBRAS como instrumento de inclusão do aluno surdo, sendo utilizados os instrumentos de observação não participante e questionário com dez questões abertas, numa escola pública estadual do Ensino Fundamental, tendo como sujeitos dois intérpretes de alunos surdos.

Em relação a esta elaboração de questionário Gil (2002, p.116) relata que “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos.”

A escola escolhida para a pesquisa é da rede estadual de ensino da cidade de Parnaíba – PI, com o ensino fundamental do 5º a 9º ano, tendo a maior concentração de surdos no turno vespertino. Assim, depois das observações em sala de aula no período de 01/10 a 09/10 de 2018, para conhecer o ambiente e as dificuldades encontradas pelos intérpretes no processo tradutório e as dificuldades dos próprios surdos no processo de compreensão dos sinais exposto pelos intérpretes, aplicou-se uma entrevista semiestruturada com 10 perguntas, relacionando o trabalho do intérprete com as dificuldades encontradas pelos mesmos no processo tradutório.

Através da entrevista pode-se averiguar com clareza sobre os principais desafios que o intérprete/instrutores de LIBRAS passa para efetivar ou pelo menos tentar alcançar seu objetivo que é o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante o roteiro constituído de 07 perguntas, 02 para saber o tempo de serviço e o tipo de formação e 05 mais específicas sobre a temática, os dados foram coletados através de

questões escritas, e depois transcritos de forma fidedigna para que não houvesse nenhuma forma de omissão de informações.

A escola de ensino fundamental maior foi associada de Alpha e os intérpretes/instrutores de LIBRAS de A e B para que suas identidades sejam preservadas. Intérprete A trabalha já a 8 anos e o intérprete B a 6 anos, nenhum dos intérpretes tem formação a nível superior e nem formação de intérprete ou instrutor de LIBRAS, apenas cursos básicos em LIBRAS, no âmbito religioso.

A primeira pergunta feita aos intérpretes foi: **Qual a formação exigida para trabalhar como intérprete educacional?** As respostas foram as seguintes:

**Intérprete A:** “No meu caso foi apenas o ensino médio e algum curso voltado a LIBRAS”.

**Intérprete B:** “Tenho apenas o ensino médio e 2 cursos básicos de LIBRAS, no âmbito religioso”.

Mediante a resposta dos entrevistados, observa-se que ainda não se tem uma exigência de uma formação para se trabalhar como intérprete ou instrutora de LIBRAS no âmbito educacional, exigindo-se apenas o ensino médio e algum conhecimento na área.

Lacerda (2014, pg. 30) aborda que “A formação do ILS no Brasil vem se dando de maneira informal [...] pela convivência com a comunidade surda, em organizações religiosas, mais frequentemente, sem que uma formação melhor organizada seja frequente”. Com isso tem-se muitos intérpretes educacionais sem uma formação superior, tendo apenas o convívio com a comunidade e assim adquirindo habilidade com o idioma.

Em seguida foi questionado: **qual o real papel do instrutor/ intérprete de LIBRAS?** As respostas foram as seguintes:

**Intérprete A:** “São duas funções diferentes, mais fazemos as duas ao mesmo tempo, o intérprete transmitir de forma simultânea de uma língua para outra e o instrutor é a função de professor”.

**Intérprete B:** “Infelizmente faço os dois papeis, porque os surdos não tem um instrutor nas séries iniciais e quando o intérprete tenta fazer o papel de interpretação não é possível, por conta que alguns surdos não tem o conhecimento básico de LIBRAS, então é necessário fazer primeiro o papel de instrutor e com o tempo começar realmente a interpretar as aulas”.

De acordo com Quadros (2004, p.7) o tradutor/intérprete de LIBRAS é conceituado como “a pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais”. Dentro desse processo interpretativo, língua de sinais para língua oral e vice-versa destacam-se modalidades, competências e habilidades que o profissional deve envolver na sua prática.

O instrutor é o que vai fazer o papel de alfabetizador na língua materna do surdo, que no caso é LIBRAS, tendo sempre como base os assuntos da sala regular. Esse ideal é que esse instrutor fosse um surdo proficiente para que o discente tenha esse contato desde a infância.

Lacerda (2004, pg.03) destaca:

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador. [...] ele deva integrar a equipe educacional, todavia isso o distancia de seu papel tradicional de intérprete.

Fazendo uma analogia entre teoria e prática, acreditamos que ser TILS educacional vai além do ato de traduzir e interpretar, e sim estar em sintonia com o professor regente e suas metodologias, além de estar comprometido com o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. Para isso ele necessita estar em constante busca de aprimoramentos teóricos e práticos para melhor interação em sala de aula no que resultará a melhoria da qualidade de seu trabalho.

A terceira pergunta foi: **O que deve ser feito para compensar a inclusão tardia do surdo na escola ou a inclusão tardia do intérprete na vida do surdo?** Teve as seguintes respostas:

**Intérprete A:** “O ideal seria a presença do instrutor de LIBRAS desde a educação infantil, assim o surdo teria conhecimento da base em LIBRAS e quando chegasse o intérprete educacional, o mesmo poderia fazer um trabalho de qualidade e os surdos não teriam um atraso educacional”.

**Intérprete B:** “Ter um momento com o instrutor de LIBRAS e em sala de aula regular ter a presença do intérprete educacional, ambos trabalhando de forma conjunta e também os professores da sala de AEE”.

Os discentes surdos sentem muita dificuldade pela falta de contato com o seu idioma desde o início da escolarização, tendo assim uma grande dificuldade de acompanhar os

conteúdos abordados em sala, visto que na maioria das vezes não tem um conhecimento básico ainda de LIBRAS, alguns tendo o contato apenas no ensino fundamental.

A quarta pergunta foi: **Você sente dificuldade no momento da interpretação? E quais os recursos que utiliza para diminuir essa dificuldade caso tenha?** As respostas foram:

**Intérprete A:** “Muita dificuldade, principalmente nas disciplinas de exatas, porque o aluno não tem um conhecimento básico, dificultando o processo de interpretação. É nesses momentos que faço o papel de instrutor, trabalhando com jogos para o que mesmo consiga compreender o que está sendo abordado pelo professor da disciplina”.

**Intérprete B:** “Sim, muita dificuldade, principalmente em português, nas regras gramaticais e no momento da redação, porque o aluno quer que eu faça, sinalizo para ele que ele que deve fazer, o mesmo sempre relata que é difícil, não entende, as palavras são difíceis”.

Ribeiro (2013, p.23). “Inclusão envolve processos de adequação em todos os níveis, desde a preparação de profissionais qualificados para atender a cada tipo de necessidade [...] até a disponibilização de materiais específicos e a adaptação do currículo.” É de fundamental importância os materiais pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com surdez, visto que a língua é visual, o surdo tem a necessidade de ter esse contato constante.

A última pergunta foi **“Como é o processo em sala de aula entre professor, intérprete e aluno e se o professor contribui para o trabalho do intérprete educacional, através da disponibilização dos conteúdos antes do momento da aula.”**

**Intérprete A:** “Não, algumas vezes já solicitei aos professores o conteúdo antes, mais os mesmos dizem que vão entregar e nunca recebi.”

**Intérprete B:** “Alguns professores comentam um dia antes o próximo assunto, com isso faço uma pesquisa antes, principalmente dos sinais que não conheço e os sinais que não existe procuro levar imagens relacionada ao conteúdo, quando o professor não disponibiliza tem uma dificuldade maior, algumas vezes procuro rapidamente na internet do meu celular, isso quando é possível”.

Uma das grandes dificuldades dos intérpretes educacionais no processo tradutório é a falta dos sinais específicos de cada disciplina, fazendo com os mesmos utilizem mímicas e gestos no processo de tradução e interpretação.

Neste caso se faz relevante a presença de um grupo de pesquisa em LIBRAS para desenvolver sinais específicos para o uso em sala de aula, mas a falta deste trabalho dificulta e atrasa o desenvolvimento intelectual dos surdos perante os alunos ouvintes. Assim os TILS devem ter métodos de adaptação para a explicação destes conteúdos o que muitas vezes acontece sem o apoio do professor regente e acaba deixando o aluno surdo um passo atrás da turma.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010) regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de LIBRAS, estando habilitado a realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da LIBRAS e da Língua Portuguesa, mesmo estando habilitado o intérprete educacional tem dificuldade nesse trabalho pela falta de material disponível no âmbito educacional, dificultando assim esse processo de instruir o aluno com surdez ou no âmbito da interpretação e tradução.

Mediante os relatos exposto os instrutores/intérpretes tem a necessidade de utilizar gestos e mímicas para que o discente compreenda o que está sendo transmitido pelo professor ouvinte.

O objetivo desse trabalho foi expor as dificuldades encontradas pelos instrutores/intérpretes de LIBRAS no ambiente escolar no processo de tradução/interpretação e averiguar o processo de interpretação no ambiente escolar; conhecer as principais dificuldades encontradas pelos instrutores no ambiente escolar e identificar as maneiras utilizadas pelos instrutores/intérpretes no processo de ensino e aprendizagem do aluno com surdez.

Muitos surdos chegam às escolas em grande defasagem cognitiva e acaba recaído sobre o intérprete o resgate desse atraso. A falta de conceitos e de contato com as informações nos períodos certos de sua aprendizagem faz com que os surdos peçam muitas informações, também podemos ressaltar que a falta de conhecimento e de domínio da LIBRAS são fatores relevantes para que isso aconteça.

Alunos surdos filhos de pais ouvintes, não usuários da língua de sinais, sempre apresentam mais dificuldades devida à falta de estímulos na família, por outro lado os surdos



filhos de pais surdos também têm dificuldade devido à falta de conhecimento da família, assim a educação dos surdos é como uma faca de dois gumes, que geralmente cairá sobre a escola a responsabilidade de educar seus filhos, mas se o trabalho não for feito em conjunto possivelmente nada será aproveitado. O certo a se fazer é encarar a realidade e chamar as famílias para juntos resolver os problemas apresentados e para que não fique apenas com os intérpretes a função de educar os alunos surdos que se tornam limitados devido à falta de apoio e de informação em casa.

Portanto, um dos desafios linguísticos no processo de tradução e interpretação se dá pela falta de material específico para cada disciplina e também pela falta do instrutor de LIBRAS no processo educacional inicial, esse profissional é de suma importância na vida do aluno com surdez, pois é através dele que o mesmo terá contato inicial com a sua língua materna, a LIBRAS.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei da Acessibilidade nº 10.098 de 19 dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM). > acesso em: 30 setem. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) > Acesso em: 30 setem.18.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626 de 26 de setembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) > Acesso em: 30 setem. 2018.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação Escolar Inclusiva das Pessoas com Surdez a Escola Comum:** Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos. In: II Seminário Educação inclusiva: Direito à Diversidade, 2005, Brasília. Anais. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p.108 -121.

\_\_\_\_\_, M. F. M. **Atendimento educacional especializado:** pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GESSER, Audrei, 1971 – **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a LIBRAS/ Audrei Gesser. – São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4.ed.SãoPaulo: Atlas, 2002.

GOLDEFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. 2. ed. – São Paulo: Plexus, 2002.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdo.** São Paulo: Plexus, 2007.

LACERDA, Cristina B. F. de. **O intérprete educacional de Língua de Sinais no ensino fundamental:** Refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Cláudia. Et. Al. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

\_\_\_\_\_, Cristina B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos:** o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p.163184, maio/ago.2006.

\_\_\_\_\_, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental/ Cristina B. F. Lacerda. – 6. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro: Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. In: ETD- Educação Temática Digital 7 (2006), 2, pp. 255-265. URN: Disponível em: < <http://nbn-resolving.de/urn:ubn:de0168-sooar-101756> >. Acesso em: 10 maio 2017.

QUADROS, Ronice M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

STROBEL, Karin Lilian. **História da educação de surdos.** Florianópolis: UFSC, 2009. (Material da disciplina Letras/LIBRAS).

WILDELL, Joanna. **As fases históricas da cultura surda.** Revista GELES - Grupo de estudos sobre linguagem, educação e surdez nº 6 – ano JUFSC Rio de Janeiro: Editora Babel, 1992.

UNESCO. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.**

**Brasília:** UNESCO, 1994. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf> > Acesso em: 30 setem.2018.